

Paranaguá. O Porto de Paranaguá fechou o ano de 2016 com 45,1 milhões de toneladas movimentadas. O resultado é 2% superior ao alcançado em 2015, quando operou 43,9 milhões de toneladas de cargas.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

CARLOS WOGUEIRA

PAM fará vistorias em terminais portuários

DA REDAÇÃO

Catalogar os recursos humanos e materiais disponíveis para o atendimento a emergências no Porto de Santos é o objetivo de auditorias que serão feitas pelo Plano de Auxílio Mútuo (PAM) do complexo. No total, 40 terminais portuários serão vistoriados neste ano. A primeira auditoria aconteceu ontem nas instalações da Bandeirantes Logística Integrada, entre os armazéns 22 e 23 do cais santista.

A partir de agora, entre três e quatro terminais do cais santista serão auditados a cada mês. As vistorias foram definidas através de sorteios e são realizadas por integrantes do PAM, que reúne representantes de cada instalação do complexo marítimo.

De acordo com o coordenador geral do PAM do Porto de Santos, Evandro Lourenço, itens como extintores de incêndio e equipamentos de proteção são conferidos durante a auditoria. A equipe verifica ainda a disponibilidade de caminhões auto bomba e materiais de primeiros socorros, além da relação de profissionais habilitados para a utilização desses equipamentos, como brigadistas e socorristas.



Terminal da Bandeirantes, na Margem Direita do complexo santista, foi fiscalizado por integrantes do PAM

tas e socorristas.

“A ideia é trazer o contexto de que cada terminal tem que ter responsabilidade de manter os seus equipamentos. Mas não só isso, o vizinho também tem que se adequar. Não adianta um só investir em materiais e os outros não terem nada”, destacou.

Para o técnico de Segurança do Trabalho da Bandeirantes

Logística Integrada, Andrew Gonzalez, a auditoria é importante para promover a integração entre os terminais do Porto. Com isso, em um eventual acidente, é possível garantir uma resposta mais rápida das equipes.

“Checando o que a gente tem, se está tudo certo e disponível, o PAM consegue contar com o meu equipamento. To-

do processo de auditoria é bom porque traz processos de melhorias para toda a empresa e pra segurança é necessário porque a gente precisa que tudo funcione”, explicou Andrew Gonzalez.

Na Bandeirantes, 40% dos colaboradores são brigadistas e estão distribuídos entre todos os turnos de trabalho. Além disso, a empresa, que

tem 500 funcionários, conta com uma Central de Emergências 24 horas.

“Contamos com roupa de aproximação de incêndio e roupa específica para atendimento aos produtos químicos, que é a especialidade do terminal hoje. Indicamos tudo que a gente tem e poderia disponibilizar em um sinistro fora do terminal, quando o terminal auxiliaria uma emergência externa”, explicou Gonzalez.

OUTRAS FRENTES DE TRABALHO

Segundo o coordenador do PAM, esta é uma das frentes de trabalho previstas para o grupo neste ano. Outro plano é mapear as rotas de fuga que devem ser utilizadas em caso de acidentes no complexo marítimo santista.

“Hoje, a gente tem um fluxo de entrada bem complicado por conta das interferências com a Cidade e com linhas férreas. A ideia é fazer um mapeamento para que seja divulgado entre todos os terminais e que o Corpo de Bombeiros tenha ciência de que é fácil chegar ao local na hora do problema. O tempo de resposta é algo primordial para poder encerrar o sinistro”, destacou Lourenço.

Simulado ocorrerá na Ilha Barnabé

Até o final do próximo mês, o Plano de Auxílio Mútuo (PAM) do Porto de Santos fará mais um simulado de emergência, de um total de cinco previstos para este ano. Desta vez, o exercício será realizado na Ilha Barnabé, que fica na Margem Esquerda do complexo, na Área Continental de Santos.

Além disso, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pretende contratar bombeiros civis para o atendimento de ocorrências no cais santista. Eles serão terceirizados.

No ano passado, o PAM do Porto realizou dois exercícios de emergência. Eles simularam acidentes em um terminal de contêineres, na Margem Esquerda (Guarujá), e em um de graneis, no Corredor de Exportação, que fica na Ponta da Praia. “Como já fizemos contêiner e granel sólido, fecharemos com terminal de granel líquido”, destacou o coordenador geral do PAM, Evandro Lourenço.

ções Marítimas, que aceitou assumir o serviço. A empresa holandesa se comprometeu a executar a obra pelo preço cobrado pela primeira firma, vencedora da licitação promovida pela extinta Secretaria de Portos (SEP), há um ano e meio.

O contrato para a dragagem do cais santista foi assinado pelo Governo com a EEL em abril do ano passado. Mas o início do serviço dependia da ordem de serviço, que só seria emitida

contratada, em novembro do ano passado, pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). O contrato tem uma cláusula rescisória que será aplicada caso o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) conclua a sua contratação.

após a EEL apresentar as garantias financeiras exigidas no edital de licitação – um seguro

pelos próximos dois meses, até o fim de março deste ano, e também foi contratada pela Autoridade Portuária. Os serviços são executados em uma faixa de 40 metros a partir do alinhamento do cais.

no valor de 10% do contrato.

Após três tentativas da empresa de apresentar essa garantia, a

medida, a princípio, nos grandes complexos marítimos, como Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá (PR). Executivos da região apresentaram cinco modelos de concessão ao Governo, que os analisa desde agosto passado.

pasta decidiu rescindir o contrato. A decisão foi tomada pois a MTPAC não aceitou a documen-

pela obra, quase R\$ 5 milhões a mais do que a primeira colocada, a EEL Infraestruturas.

De acordo com o MTPAC, a Van Oord recebeu um prazo de dois dias para demonstrar interesse na obra. Ela aceitou e reduziu seu preço para R\$ 369 milhões. Em seguida, apresentou documentos que atestam a capacidade de execução da obra, assim como planilhas financeiras. Agora, a pasta federal analisa esse material e, se

tura informou que não foi comunicada sobre “qualquer rescisão do nosso contrato”. Ainda confirmou que apresentou a garantia necessária “em estrito cumprimento ao referido contrato e à Lei, demonstrando a sua plena capacidade técnica, econômica e financeira”.

Por fim, destacou que, se seus interesses forem prejudicados, “irá buscar o Judiciário para se defender até às últimas instâncias”.